

**Nomeando e registrando nomes dos changana e ronga no sul de
Moçambique colonial**

**Naming and registering Changana and Ronga names in colonial southern
Mozambique**

Júlio Machele

Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique

Universidade Estadual de Santa Cruz - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9797-0577>

RESUMO

A colonização no território que veio a se tornar no moderno Moçambique pôs em contato os portugueses e os africanos de origem Bantu com diferenças assinaláveis do ponto de vista linguístico, cultural e histórico. Esta diferença se refletiu, em parte, nos esforços de adaptação fonológica e no uso de corruptelas tanto pelos portugueses como também pelos moçambicanos. O objeto deste artigo são os antropônimos dos *machanga* e *maronga*, ambos pertencentes ao grupo etnolinguístico *Tsonga*, do sul de Moçambique no período colonial. O objetivo é contribuir na compreensão da forma como o colonialismo impactou nos antropônimos em questão. Sustento que o advento do colonialismo implicou a imposição de nomes portugueses e que esta imposição levou à coexistência de dois nomes, por um lado o nome africano e, por outro lado, o nome português. Este processo foi violento e autoritário tendo contribuído para apagar os antropônimos que refletiam a cultura e história africanas pois os moçambicanos foram forçados a abandonar as suas referências a favor das referências do colonizador. E, na sequência de agência e engajamento estratégico dos moçambicanos face às imposições da administração colonial, defendo que alguns moçambicanos no Sul desenvolveram estratégias para preservar os nomes, de seus familiares e de antepassados no registro.

PALAVRAS-CHAVE

Nomear. Registrar. Antropônimos. Sul De Moçambique. Colonial

ABSTRACT

Colonisation in the territory that became modern Mozambique brought the Portuguese and Africans of Bantu origin into contact with marked differences from a linguistic, cultural and historical point of view. This difference was partly reflected in the efforts to adapt phonology and the use of corruptions by both the Portuguese and Mozambicans. The subject of this article is the anthroponyms of *machanga* and *maronga*, both belonging to the Tsonga ethnolinguistic group in southern Mozambique during the colonial period. The aim is to help understand how colonialism impacted on the anthroponyms in question. I argue that the advent of colonialism implied the imposition of Portuguese names and that this imposition led to the coexistence of two names, on the one hand the African name and, on the other, the Portuguese name. This process was violent and authoritarian and helped to erase the anthroponyms that reflected African culture and history, as Mozambicans were forced to abandon their references in favour of those of the coloniser. And, following the agency and strategic engagement of Mozambicans in

the face of the impositions of the colonial administration, I argue that some Mozambicans in the South developed strategies to preserve the names of their relatives and ancestors in the register.

KEYWORDS

Naming. Registering. Anthroponyms. Southern Mozambique. Colonial

1.Introdução

Uma das fases mais importante do ciclo de um indivíduo é a atribuição do nome, geralmente depois do nascimento. A atribuição do nome de um indivíduo está intrinsecamente ligada ao contexto histórico, linguístico e cultural no qual o mesmo se encontra ligado (Mutunda, 2011, p.15; Kisel et al., 2017, p.298-299, 312; Kisel et al(a)., 2017, p.54; Zerkina et al., 2019, p.132-133). A surpresa e estranheza dos europeus relativamente aos nomes dos africanos deriva do contexto e, por conseguinte, da diferença histórica, cultural e linguística. No território que veio a se tornar no moderno Moçambique os portugueses se depararam com comunidades Bantu cuja estrutura linguística, por exemplo, é bastante diferente da língua portuguesa (ver: Ehret, 1998; Ngunga, 2004).

Uma das consequências dessa diferença é o esforço de adaptação fonológica e corruptelas que tanto os africanos e os europeus foram adotando no encontro colonial. *Mina Libombo* (Perestrelo, 1554 apud Junod, 1996, p.37), em alusão ao chefe Libombo, perto do limite sul de Moçambique com E-Swatine (Swazilândia) e África do Sul, resultou da incompreensão de *yi mina Libombo*¹ (me chamo Libombo ou eu sou Libombo), assim como os nativos na dificuldade de pronunciar Dionísio, nome de Dionísio António Ribeiro, então governador do presídio de Lourenço Marques morto em outubro de 1833 a mando de Dingane, irmão de Tchaka Zulu, o chamavam de *Dunisa* (Cohen, 1875, p.270-3 apud Liesegang, 1987, p.66).

Geralmente os nomes dos moçambicanos antes do encontro colonial e da transplantação do sistema de registro português, mormente através das missões religiosas, não passavam por um registro escrito. Os nomes atribuídos aos indivíduos depois do seu nascimento eram guardados na memória e, nalguns casos, transmitidos de geração em geração através da recursividade dos membros da linhagem (FIRMINO, 2008, p.137, 139). A introdução do código do registro civil transplantado da metrópole introduziu a obrigatoriedade do registro civil dos nomes dos africanos para fins estatísticos e de controle, ou seja, para fins de administração colonial. Esse processo foi caracterizado pela violência e autoritarismo pela administração colonial que passou a impor, em alguns casos, nomes portugueses e, às vezes, com sentido pejorativo contribuindo assim para apagar os nomes que refletiam a cultura africana (ver: Mutunda, 2011).

O objeto deste artigo são os antropónimos dos *machangana* e *maronga*² do sul de Moçambique durante o período colonial e seu objetivo é contribuir na compreensão do impacto do encontro colonial nos respectivos antropónimos, ou

¹ Em *xi-ronga* e a língua originalmente falada na província de Maputo enquanto *xi-changana* é falada na província de Gaza.

² Singular *changana* e *ronga* respectivamente. Encontram se atualmente na baía de Maputo. Historicamente viviam nas terras dos chefes ou reis Nyaka, Tembe (Katembe), Mafumo (Kampfumo), Matoça (Matsolo), Manhiça, Libombo, Mavhota (Perestrelo 1554 apud JUNOD, 1996, p.37).

seja, na forma como a colonização e a modernização por ela trazida impactaram nos nomes dos indivíduos no sul de Moçambique. Defendo que a obrigatoriedade do registro dos indivíduos imposta pela administração colonial implicou a imposição de nomes portugueses. Por sua vez esta imposição resultou na coexistência de dois nomes para cada indivíduo, por um lado o nome familiar também chamado tradicional, e por outro o nome oficial comumente designado *vito ra(dza) xilungu*, que literalmente significa *nome do branco* ou *nome português*, mas que deve ser entendido como *nome do registro*.

Esta coexistência equivalia à especificidade das identidades étnicas tidas como *não civilizadas* que de alguma forma tinham que passar a ter um *nome civilizado* (ver: Tonkin, 1980, P.658-659; Meneses, 2021) abandonando assim seus nomes tradicionais, ou seja, forçar os moçambicanos a aceitar as referências, história e cultura do colonizador (Meneses, 2021, p. 116). E, na sequência de agência e engajamento estratégico dos moçambicanos face às imposições da administração colonial, defendo que alguns moçambicanos no Sul desenvolveram estratégias para preservar os nomes, de seus familiares e de antepassados no registro.

A literatura que trata dos antropônimos em Moçambique é bastante rara em comparação com a que se dedica à toponímia que por sua vez está numa fase incipiente (Ngunga, 2009; Ngunga, 2021; Ngunga, 2003; Mahumane & Tembe, 2023; Cumbe, 2016; Roque, 2009; Henriksen, 2015; Fernandes, 2006). Em Moçambique a colonização agiu simultaneamente sobre os lugares e nomes dos lugares e sobre os indivíduos, seus corpos e seus nomes. Este atraso da literatura pode, em parte, ser explicado pelas perspectivas adotadas nos estudos das ciências sociais depois da independência nacional que se celebrou em junho 1975. A maioria dos estudos concentrou seu foco nos assuntos de natureza política e económica, não só para mostrar o impacto da colonização nas sociedades moçambicanas como também para mostrar a resistência às imposições políticas e económica (Isaacman & Isaacman, 1975; Isaacman & Isaacman, 1996; Hedges, 1999; Newitt, 2012; Péllisière, 2000) e a trajetória pós-colonial (Adam, 1996; Abrahamsson & Anders, 1994).

Os estudos sobre a toponímia ainda que poucos continuam incrustados na antítese colonial/pós-colonial, endógeno/exógeno, nesta última na vertente endônimo/exônimo. Por exemplo, Ngunga (2021, p. 38, 48) refletindo sobre a transplantação de topônimos da metrópole para Moçambique conclui que, na maioria dos casos, os exônimos foram uma imposição, argumento partilhado por Meneses (2021, p. 116) que sustenta que eles representaram uma estratégia que visava obrigar os africanos a aceitar as referências, história e cultura do colonizador. Em protesto a esta imposição e levando em consideração a diversidade linguística de Moçambique Ngunga (2021, p. 38) insiste que as línguas locais devem ser refletidas na geografia, toponímia e na história do país (ver também Henriksen, 2015; Cumbe, 2016). Na mesma lógica Mahumane & Tembe (2023) analisaram a persistência de topônimos coloniais numa cidade pós-colonial (Ex Lourenço Marques, atual Maputo) mostraram que o governo pós-colonial usou a mudança toponímica como forma de apagar os vestígios do passado colonial, mas que houve resistência em alguns casos à mudança toponímica por causa do hábito, a memória, a rejeição de topônimos estranhos (Mahumane & Tembe, 2023, p.186, 197).

A questão dos nomes de origem africana no Sul de Moçambique e, mesmo quase em todo país, debate se com o problema da herança colonial que continua a minar o orgulho e a autoestima na utilização dos mesmos, situação que se projeta

também para as línguas africanas. Ainda nos deparamos com uma percepção e atitudes negativas em relação aos nomes africanos e mesmo na recusa do ensino bilíngue por parte de alguns encarregados de educação.

Na inscrição das memórias e identidades ligadas ao passado e à luta de libertação, Armando Emílio Guebuza, então presidente de Moçambique, defendeu que a toponímia é uma questão de autoestima, identidade cultural e história (Guebuza, 24/11/2009), o que por sua vez motivou a substituição ou atribuição de novos topónimos das localidades, ruas e escolas baseados na história e memória que refletem “a nova realidade da pátria amada.” No entanto, este apelo não se estendeu aos antropónimos. Pelo contrário, Mobutu Sese Seko, presidente do Congo, que depois o designou Zaire, encorajou a mudança dos antropónimos para a adoção dos que refletiam a realidade e o passado africanos, tendo ele próprio tomado a dianteira que de Joseph-Désiré Mobuto passou a se chamar Mobuto Sese Seko Nkuku Wa Za Banga.

No entanto, quase nada é dito sobre os antropónimos senão referências de passagem numa tentativa de explicação da origem e em muitos casos o antropónimo surge atrelado a um evento político-económico de certa importância. O missionário Alexandre A. Jacques (1971) compilou os sobrenomes (apelidos) dos *mashangana*, traçando suas origens e, às vezes, o significado que cada sobrenome (apelido) transporta consigo. No entanto, trata-se de um trabalho etnográfico que fecha os olhos às dinâmicas trazidas pelo encontro colonial.

Uma exceção nos chegou a partir do estudo de Gregório Firmino (2008) que estudou os antropónimos do *Tonga* de Inhambane. Seu estudo, ainda que faça alguma referência ao impacto da colonização nos antropónimos dos *tonga*, segue uma abordagem antropolinguística e não presta atenção especial às estratégias usadas pelos africanos para preservar os seus nomes, de seus familiares e antepassados no momento do registro. Assim, com este artigo pretende participar no debate sobre atribuição de nomes, uma área dominada por linguistas, mas mobilizando para o efeito o contexto histórico que se resume no “encontro colonial”³ e a agência dos indivíduos do sul de Moçambique.

Enquadra-se nas ciências sociais e é de natureza qualitativa e interdisciplinar. Teve como base a análise crítica das fontes primárias e secundária, entrevistas e observações pessoais e privilegiou o método histórico-comparativo. Está organizado em três secções. A primeira discute o processo da atribuição do nome à criança; a segunda relaciona a tradição e a modernidade na atribuição de nomes e a última a agência dos africanos para preservarem seus nomes.

2. Atribuindo nomes aos recém-nascidos

Numa das longas conversas com meus interlocutores questionei sobre a proveniência do nome *Dumézula*. Em resposta meus interlocutores disseram que o nome *Dumézulu* é um nome tradicional que fora atribuído pela família materna porque assim os espíritos dos antepassados o queriam. De fato, na família materna dos meus dois interlocutores existiu um antepassado chamado *Dumézulu* (Entrevista coletiva concedida por Fred e Obete, cidade de Maputo, 02 jan. 2025). A família quis lembrar esse seu antepassado, *pfucha vito dja qhále*⁴, ou seja,

³ Os próprios linguistas têm se ocupado da ideia da inter-relação entre a linguística e aspetos extralinguísticos (ver: ZERKINA et al., 2019, p.133-134).

⁴ Ressuscitar nome dos antepassados, dos tempos antigos (Junod, 1996, p.47).

ressuscitando seu nome antigo. Assim, através desse ato de memória, um antepassado foi imortalizado. Nas conversas se confirmou que o antepassado *Dumezulu* se impôs depois da família ter consultado um adivinho, o famoso deitador de ossículos ou curandeiro⁵ (ver: Junod, 1996, p.47-49).

De fato, contrariamente à visão ocidental defendida por teóricos do *nonsense* (sem significado) (KISEL at al.(a), 2017, p.54) nomes dos indivíduos no sul de Moçambique são palavras com significado contendo um contexto histórico daí se investir muito cuidado e consideração na escolha do nome da criança (Mutunda, 2011, p.15). À semelhança do que acontece entre os *manyika*, um sub-grupo dos *shona* no Zimbábue e centro de Moçambique, entre os *maxangana* e *maronga* “os nomes não são simplesmente atribuídos. São atribuídos na sequência de uma reflexão ponderada” (Mapara, 2022, p.94; ver também: Chipara & Mushangwe, 2016, p.86).

A aparição do antropónimo *Dumezulu* em Moçambique está intimamente ligada a vários momentos importantes da história da região com destaque para o *Mfecani*⁶ a partir dos inícios do século XIX (ver: Liesegang, 1970; Peires, 1978), o trabalho migratório para plantações e minas de ouro e diamante na África do Sul (ver: Covane, 2001; Gaspar, 2006; Packard, 1989; Harries, 1994).

No primeiro caso foi Soshangane que expulso por *Tchaka Zulu* liderou um grupo *nguni* que depois de ter permanecido pouco tempo entre o rio Incomate e o Limpopo veio a se estabelecer no centro e sul de Moçambique e fundou o Império de Gaza. Quando o fundador perdeu a vida seguiu-se uma guerra de sucessão disputada pelos dois irmãos *Mzila* e *Mawewe* (Liesegang, 1970; Liesegang, 1981). As batalhas entre estes tiveram lugar em vários locais incluindo na *Nkwauéué* ou *Nkwaheua*, atual Alto Maé, uma vez que há registro de que o chefe *Hewa* ou *Héua* esteve envolvido nesta guerra ao lado de *Mawewe* (Anónimo, 08/06/2016). *Mawewe* e parte significativa dos vencidos na guerra de sucessão deslocaram-se para Zululândia onde continuaram com as suas vidas, mas os outros permaneceram no território moçambicano.

Depois da guerra de sucessão antropónimos ligados aos dois irmãos em contenda foram sendo atribuídos à algumas crianças, por se tratar de nomes de chefes (Junod, 1996, p.47), mas também das circunstâncias do nascimento de uma criança. De fato, segundo Junod (1996, p.48) podia-se atribuir o nome de *Mauêué* [*Mawewe*] “se a criança nasceu durante a guerra feita pelo chefe deste nome.” Antropónimos ligados às circunstâncias do nascimento eram e continuam a ser um dos modos de atribuir nome da criança (Junod, 1996; Languene, 2024), fato confirmado com casos de *Nhimpine* (para significar nascido na guerra), *Ndleleni* (nascido no caminho), *pfuleni* (durante a chuva)⁷, *Marrumbini* (nas ruínas), (Junod,

⁵ As vezes a consulta dos espíritos dos antepassados adquiria importância a tal ponto que algumas crianças acabavam crescendo sem nome e eram chamadas de *xikalavito*. Isto se mantinha até que o verdadeiro nome fosse identificado pelo curandeiro ou adivinho capaz (Entrevista por telefone concedida por Machele, Sérgio 12 jan. 2025).

⁶ *Mfecane* implica de um lado a fuga forçada e depois a conquista e colonização, de africanos por africanos, no sentido utilizado por John Iliffe (1995), levou em muitos casos à formação de estados estratificados.

⁷ Existe na cidade de Matola, província de Maputo, um bairro chamado *Infulene*, corruptela de *hi mpfuleni* que significa *local com frequência da chuva, na chuvada, no local chuvoso, no regato, no ribeiro, no riacho* (ANÓNIMO, 08/06/2016).

1996, p.48), *Lhomulu* (nascido no sofrimento), *Ussiwane* (nascido na desgraça), *Ndlalani* (na fome), etc.

Este modelo de atribuição de nome foi também notado durante o trabalho de recolha de tradições orais pela equipa liderada pelo Professor Gerhard Liesegang. De acordo com Boaventura dos Santos Parrique entrevistado por Gerhard Liesegang quando migraram da Zululândia para sul de Moçambique “sem condições de vida disseram: ah, somos agora os *Khumbane* (porco do mato, javali)” (Liesegang, 1981, p.22). Houve também casos em que o sistema de nomear demonstra que o nome atribuído a uma criança é uma mensagem, não para a criança em si, mas para os outros (Tonkin, 1980, p.655), geralmente os de mau olhado incluindo feiticeiros. *Nhamahaivo*, significando *é carne deles* se enquadra neste modelo de nomeação que uns parentes adotaram depois de perder crianças anteriores “devoradas por feiticeiros.” Estes parentes “julgavam certamente que este nome seria para a criança uma proteção, sem dúvida porque os bruxos viam assim que os seus crimes eram conhecidos e tinham medo...” (Junod, 1996, p.48). Estes modelos de escolha e atribuição do nome levam em consideração uma complexidade de fatores, mas sempre atrelados ao significado (ver: Kisel et al., 2017, p.299-301, 309-312; Kisel et al(a), 2017, p. 54-55; Zerkina et al., 2019, p.132-133).

No segundo caso marcado pela procura de melhores condições de trabalho na vizinha África do Sul (Covane, 2001; Gaspar, 2006; Packard, 1989; Harries, 1994) moçambicanos passaram a entrar em contato com antropónimos sul africanos, ingleses e bóers. É muito provável que o antepassado de *Dumézulu* tenha seus antepassados na África do Sul uma vez que *Dumézulu* ocorre muito por lá (Jackson, 1986). No entanto, o antropónimo *Dumézulu* continuou em apreço na memória individual e coletiva daqueles que se identificavam com antropónimos na África do Sul assim como em Moçambique no último caso seguindo a lógica da recursividade dos membros da linhagem (Firmino, 2008, p.137, 139).

Um outro modo de atribuição de nomes à recém-nascidos deriva da exploração do capital social quando a um amigo ou mesmo a um viajante é dado o privilégio, fato que acaba contribuindo para o estabelecimento de um laço especial entre essa pessoa e a criança (Junod, 1996, p.48) incluindo as duas famílias em causa. Através deste processo o amigo do nome, algo que se aproxima à figura do padrinho e afilhado, torna se parte integrante do ciclo da vida da criança que deu nome.

Importa referir que os constituintes do nome geralmente incluem o nome próprio seguido pelo nome do pai e por fim o apelido (sobrenome) ou nome clânico. Assim, a atribuição de nomes entre os *ronga* mostra a presença de uma visão patrilinear de filiação, na medida em que eles concebem os laços de consanguinidade tendo em conta a relação do indivíduo, tanto mulher ou homem, com o seu pai (*pater* biológico ou social) estendendo se ao avô e bisavô paternos (Firmino, 2008, p.131).

Por sua vez, os portugueses, que desde os primeiros momentos se preocuparam com o proselitismo, atribuíam nomes ou alcunhas portuguesas aos chefes que aceitavam a conversão, mas tais nomes circulavam entre os portugueses continuando a população a usar o nome anterior à conversão. Por exemplo, nos meados do século XVI um chefe Gwambe em Inhambane foi batizado pelo missionário jesuíta Gonçalo da Silveira com o nome de Bastião de Sá (Axelson, 1973, p.221) enquanto um outro chefe Tonga recebeu o nome de Dom Constantino (Axelson, 1973, p.146; Mudenge, 1988, p.64). Foi ainda Gonçalo de Silveira que

batizou o Mwenemutapa Negomo Mupunnzagutu e sua mãe dando lhes os nomes de Dom Sebastião em homenagem ao rei português e Dona Maria respetivamente. E no mesmo ritmo chegou a batizar entre 250 a 300 pessoas da elite do Estado de Mwenemutapa (MUGENGUE, 1988, p.65) dando lhes, como era lógico, novos nomes. O rei Nyaka, na atual ilha de Inhaca, foi alcunhado Garcia de Sá por Lourenço Marques e António Caldeira (THEAL, 1903, p.xxiv). Este processo inicial, ainda que menos violento, representava o início da introdução das referências alógenas no processo de nomeação que posteriormente iria assumir contornos violentos pois os africanos passaram a ser obrigados a aceitar as referências, história e cultura do colonizador (Meneses, 2021, p.116).

Os batismos e os novos nomes portugueses cresceram à medida da implantação da religião católica romana (ver: Santos, 1999; Axelson, 1973; Mudengue, 1988) e, numa fase posterior, devido à sua estreita relação com o Estado colonial português (Pereira, 2000; Pina-Cabral, 2012). Os padres eram, na verdade funcionários do Estado colonial. Por exemplo, o Padre Joaquim de Santa Rita Montanha (1806-1870) que atuou em Inhambane, além dos deveres com o culto tais como officiar missas aos domingos e dias santificados, batismos, casamentos e enterros para os cristãos, também elaborava documentos com função jurídica. De fato, a certidão de batismo por ele elaborada “servia igualmente como certidão de nascimento em questões de nacionalidade” (Liesegang, 1990, p.73), situação que também acontecia nos territórios de Gaza e Lourenço Marques (atual Maputo).

O Regulamento do Registro Paroquial em Moçambique aprovado de decreto de 9 de setembro de 1863 (Cacodcar, 1960, p.13) pressupunha sempre o batismo e, por consequência, um novo nome. As afilhadas, os afilhados e filhos, muitos destes embora não declarados oficialmente, do padre Joaquim de Santa Rita Montanha passaram a ostentar nomes oficiais portugueses.

3. Entre a tradição e a modernidade: registro dos africanos

A implementação da administração colonial que seguiu a Conferência de Berlim (1884-1885) e as “campanhas de pacificação”, entenda-se guerras de subjugação, até 1895-7 no Sul, 1920 no centro (ver: NEVES, 2018) e 1924 no norte (ver: LOBATO, 1971) significou a obrigatoriedade dos moçambicanos se sujeitarem ao poder colonial português autoritário. Em alguns casos este autoritarismo se refletiu na imposição de um nome estrangeiro (português) no próprio momento de registro.

A história do pai do velho Chico é bastante ilustradora. Seu pai recebeu o nome de João no dia que foram registrá-lo. Seus pais o deram o nome de um dos antepassados, *vito dja qhále* (nome dos antepassados), mas no momento foram obrigados a anuir com um novo nome estranho imposto na administração. Não chegou a perceber por que não o registraram com o nome do antepassado porque o nome *João* segundo ele, não teve a aprovação dos espíritos dos antepassados da família, entidades da família que se acredita terem adquirido poderes extra-humanos depois da morte e que os possibilita intervir nas vidas dos membros da família ainda em vida (ver: Ekpatt, 2021; Ushe, 2017).

Esta atitude é compreensível na medida em que em relação aos familiares fisicamente mortos na religião africana acredita-se que eles continuam vivos nas memórias daqueles que continuam a lembrá-los, “eles são vistos como presentes e têm interesses nos assuntos de suas famílias” (Mbita, 1975 apud Ushe, 2017, p.170). Para o velho Chico isso pode ter sido a causa de alguns infortúnios que seu pai testemunhou em vida por lhe atribuírem o nome estranho ainda que não fosse

usado no meio familiar e nos rituais de contato com os espíritos dos antepassados porque vêm tudo por serem onnipresentes (ver: Ekpatt, 2021). Era daqui que derivava o conforto porque João era tratado pelo nome tradicional.

Situações do velho João se generalizaram com a implementação da administração colonial. O acesso à educação pressupunha um registro que logo à partida via com desprezo os antropônimos de origem africana não só por causa das diferenças linguísticas e de adaptação fonológica, mas porque o colonialismo português subalternizou quase tudo relacionado com os moçambicanos incluindo seus antropônimos. E para piorar antropônimos jocosos como os casos de “Mentiroso”, “Sozinho”, “Dezembro”, “Cerveja”, “Governo”, “Gajo”, “Escudo”, “Engenheiro”, “Pergunta Bem”, “Cebola Podre”, etc. começaram a fazer parte da realidade moçambicana na maioria dos casos desligados do significado africano.

O exercício que gradualmente levou ao esvaziamento do significado do nome atribuído a uma criança começou no período colonial, mas continuou depois da independência antes do sistema do registro civil moçambicano intervir para aconselhar a mudança do nome por causa das possíveis implicações na vida da criança com destaque para o *bullying*. Alguns antropônimos por causa da diferença fonológica foram adaptados (*Mabjaia* ficou *Magaia*, *Mavota* transformou se em *Mahotas*, *Bilankulo* em *Vilanculos*, *Mandlate* para *Manjate*, *Mboa* para *Boa*, etc.)

O Estatuto do Indigenato criado em 1926 pelo Decreto 12.533 e extinto teoricamente em 1961 pelo Decreto-Lei 43.893, de 1961, de 6 de setembro, inaugurava a questão de assimilação que abordava a questão da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania portuguesa o que pressupunha, de acordo com o artigo 54, que um indivíduo candidato a assimilado devia, entre outras coisas: falar corretamente a língua portuguesa e ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses (Estatuto dos Indígenas Portugueses nas Colónias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto-Lei no. 39.666, de 20 de maio de 1954, Capítulo III, p.221).

Famílias assimiladas com origens rurais, mesmo tendo se transferido para as zonas urbanas, tenderam a atribuir dois nomes às crianças, um nome tradicional e outro de registro a ser usado em todos contatos com a administração colonial com destaque para a educação, saúde e no acesso aos sacramentos da igreja católica romana, mas isto era raro em famílias mestiças cujo pai era de procedência europeia ou asiática.

Embora não esteja explícito nas disposições do Estatuto do Indigenato, é fato assente que a aquisição da cidadania portuguesa foi feita também com o sacrifício dos antropônimos moçambicanos. Ao se constatar que a mobilidade social num Estado colonial português dependia fortemente da assimilação a preferência dos antropônimos portugueses em detrimento dos moçambicanos começou a ganhar espaço. Quem detinha o poder de nomear passou a notar que a aquisição da cidadania portuguesa implicava também atribuir às crianças um nome português ainda que se conservasse o sobrenome (apelido) original.

Parafraseando Ngugi Wa Thiong’o ao examinar a língua na literatura africana, pode se dizer que atribuir um nome português era assumido como um meio natural de mediação entre o africano que procurava transitar para a unidade do mundo português (ver: Thiong’o, 1987, p.6). E seguindo o mesmo autor e o debate que desenvolveu com Chinua Achebe pode se questionar se era justo que um africano abandonasse seu nome para adotar um outro a ele estranho? Esta questão leva à conclusão de que alguns moçambicanos podem ser bem descritos como não tendo

escapado à lógica fatalista da posição inatacável dos nomes portugueses na atribuição de nomes (Achebe, 1964 apud Thiong'o, 1987, p.7).

Os portugueses acabaram assim, por influenciar o modelo de atribuição do nome. Passou-se a registrar um ou dois nomes atribuídos e um ou dois nomes familiares (sobrenomes ou apelidos), normalmente o primeiro sobrenome (apelido) pertencente à família da mãe enquanto que o último é da família do pai ou vice-versa (Cohn, 2012 apud Chipara & Mushangwe, 2012, p.21).

A assimilação e alienação foram tantas que mesmo depois da independência nacional muitas crianças não gostavam de serem tratadas pelos seus nomes verdadeiramente africanos (moçambicanos). A conferência de Berlim se tornou efetiva através de espada e balas, mas depois através do giz e apagador. De fato, "A nova escola tinha a natureza do canhão e do íman", na medida em que conquistou o corpo e fascinou a alma (Kane apud Thiong'o, 1987, p.9).

As línguas *xichangana* e *xironga*, que através de suas imagens e símbolos davam aos falantes uma visão do mundo, foram substituídas por uma língua estranha, a língua portuguesa. E para piorar as crianças nas escolas do sistema colonial português não podiam ser encontradas a falar suas línguas e era lhes negada chamar seus colegas e amigos pelos nomes e alcunhas tradicionais tais como *Lhonipa* (Respeito), *Matanatu* (aquele que vem com os problemas dele), *Dunga Mati* (aquele que mexe e remexe a água, aquele que estraga), *Ndleleni* (no caminho), *pfuleni* (na chuva), *Marrumbini* (nas ruínas), *Lhomulu* (no sofrimento), *Ussiwane* (na desgraça), *Ndlalani* (na fome), etc. Esta educação quase que acabou com a literatura oral que permitia partilhar os significados dos nomes e alcunhas atribuídos aos indivíduos.

Ao atacar as línguas moçambicanas o sistema educacional colonial português acabou com um veículo que era simultaneamente meio de comunicação e um portador da cultura (ver: Thiong'o, 1987, p.13-20). E conforme se avançou acima que os nomes geralmente atribuídos tinham significado por isso havia muita ponderação na escolha e na atribuição (ver: Mutunda, 2011; Mapara, 2022, p.94; ver também: Chipara & Mushangwe, 2016, p.86) com a imposição de antropônimos portugueses esses significados se perderam.

A influência da África do Sul no sul de Moçambique cresceu durante a administração colonial mercê do continuado trabalho nas plantações, na indústria de mineração e outros setores incluindo o informal. Esta influência se refletiu na importação dos antropônimos de origem sul africana e inglesa. Antropônimos como Sixpence, Faife (Five), Spoon, Fiftine (Fifteen), etc., tornaram-se comuns e foram vernaculizados e aportuguesados posteriormente, sobretudo no registro. Este aportuguesamento consistiu na adaptação fonológica dos nomes ingleses, mantendo-se o som, mas mudando a grafia. Este processo foi menos violento pois que resultou de uma escolha deliberada por parte de quem detinha o poder de nomeação, podendo ser o pai, viajante estrangeiro, tio, avôs, etc. Portanto, não foi um processo baseado numa estratégia de obrigar a aceitação de referências do colonizador (ver: Meneses, 2021).

4. Resgatando os nomes

O nome próprio, seguido do nome do pai e por fim o apelido (sobrenome) do pai eram, no geral, os constituintes do nome registrado nos serviços de registro civil, um modelo que reflete uma visão patrilinear. No entanto, nem sempre este esquema de nome próprio + nome do pai + apelido (sobrenome) era obedecido. Os casos de Neneto e Nelson ilustram como por meio substituição do nome do pai ou

acréscimo de um nome tradicional, através da recursividade dos membros da linhagem, ajudou na preservação dos nomes dos antepassados.

Logo à nascença foram atribuídos o *vito dja qhále* (nome antigo, dos antepassados) e o *vito dra xilungu*, o nome do registro. Assim, Neneto e Nelson eram os nomes do registro, mas para eles desprovidos de um significado “porque nem existiu na família pessoa com este nome” (Entrevista concedida por NELSON, Guava, Marracuene, província de Maputo, 21 out. 2023). Este cenário foi confirmado por Neneto que por sua vez disse que “ao que tudo indica será a partir de mim que surgirão outros com o meu nome” (Entrevista concedida por Neneto, Khongoloti, cidade da Matola, província de Maputo, 21 out. 2023).

O pai dos dois, aproveitando se do sistema português que aceita dois nomes atribuídos (exemplo: Maria Madalena, João José), os registrou primeiro com o nome português seguindo do nome dos antepassados + nome dele e por fim o apelido (sobrenome) (ver: Cohn, 2012 apud Chipara & Mushangwe, 2012, p.21). O pai dos dois endossou o modelo português, mas o reformulou criticamente (ver: Newell, 2013, p.1) resistindo à deliberada supressão dos nomes da sua linhagem (ver: Fitzpatrick, 2012, 61-81).

Fora deste caso há outros parentes que conseguiram preservar os nomes das suas crianças explorando habilmente a presença de funcionários e funcionárias africanas nos serviços de registro, mas também o estatuto e laços sociais. Nomes como *Nheleti* (estrela), *Nhimpini* (na guerra), etc passaram a ter alguma aceitação no registro civil. Por exemplo, o velho Nhaule foi categórico ao afirmar que “foi fácil fazer o registro sem passar por censura porque conhecia os funcionários do registro civil” (Entrevista concedida por Nhaule, cidade de Maputo, 11 set. 2024). Embora os serviços de registro civil estivessem, no exercício do poder de aceitar ou recusar o nome, às vezes com certos requintes de autoritarismo, havia formas para resistir e contornar com o intuito de preservar o nome africano.

Nyimpine Chissano (1970-2007), filho de Joaquim Alberto Chissano, primeiro negro a matricular se no Liceu Salazar (atual Escola Secundária Josina Machel), segundo presidente de Moçambique entre 1986 e 2005, nasceu no calor da luta de libertação nacional (1964-1974) cujo santuário era a Tanzânia onde a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) se tinha, com a permissão e ajuda do governo de Julius Nyerere, estabelecido para poder mover a luta (ver: Samuels, 1971) “foi batizado em homenagem a esses tempos, com um nome que na língua [xi]changana, a etnia do pai, significa ‘na guerra’” (RTP, 17 de novembro de 2007).

Os pais cujos filhos nasceram durante a luta de libertação nacional no Tanganyika (atual Tanzânia) ou nas zonas libertadas estavam livres das pressões do modelo português quer na escolha assim como na atribuição do nome aos filhos. Tanganyika e as zonas libertadas foram espaços que permitiram que o poder de nomeação não fosse influenciado pelo colonialismo. De fato, esta luta personificou a recusa da aceitação da cidadania portuguesa às custas de ser moçambicano. Embora as crianças nascidas fora do controle da administração colonial durante a luta de libertação nacional não fossem registradas o Decreto-Lei 21/76 de 22 de maio facilitou o seu registro pois que incluía os nascimentos ocorridos “nas antigas zonas libertadas e no estrangeiro, de militantes da FRELIMO e de outras pessoas ali domiciliadas” (ver também: Nhangumbe, 2018, p.33-36).

Conclusão

Este artigo tratou do impacto da colonização nos antropónimos do grupo tsonga do Sul de Moçambique designados especificamente por *maronga* e

machangana. Ambos são de origem bantu e os nomes próprios atribuídos aos membros tem o substrato bantu. No entanto, a chegada dos portugueses começou a marcar a introdução de novos antropónimos de origem portuguesa inicialmente por meio de batismos e alcunhas.

Devido às diferenças linguísticas ocorreu, na relação entre os portugueses e africanos adaptações fonológicas de alguns antropónimos de cada lado, mas também a coexistência de dois nomes entre os africanos, o nome tradicional por um lado e o nome oficial de origem portuguesa por outro. Em alguns casos esta coexistência é resultado da imposição da administração colonial à medida do estabelecimento, sobretudo depois das campanhas de subjugação das unidades políticas africanas. Os antropónimos de origem portuguesa foram ganhando espaço, mas revestidos de violência e autoritarismo uma vez que eles, os portugueses, detinham o poder de nomear oficialmente. No entanto, com recursos a várias estratégias alguns africanos conseguiram preservar alguns nomes africanos.

Referências

- ABRAHAMSSON, H. & NILSSON, A. **Moçambique em transição**: um estudo de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo: Editora Padrigu/CEEI/ISRI, 1994.
- ADAM, Y. **Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo**: trajetória de Moçambique pós colonial, 1975-1990. Maputo: Promédia, 1996.
- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. **Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique** – Decreto-Lei, número 39666 de 20 de maio de 1954. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.
- ANÓNIMO. **Moçambique (do outro lado do tempo)**. Disponível em: <https://web.facebook.com/MocambiqueDoOutroLadoDoTempo/posts/18181423041902191/>, acesso em: 23 out. 2024.
- AXELSON, E. **Portuguese in South-East Africa, 1488-1600**. Johannesburg: C. Struik (PTY) Ltd, 1973.
- CHIPARA, M. & MUSHANGWE, H. A Cross-Cultural Comparative Study of Shona-Portuguese and Shona-Chinese Names. In: NYAMBI, O.; MANGEENA, T.; PFUKWA, C. (eds.), **The Post Colonial Condition of Names and Naming Practices in Southern Africa**, Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2016.
- CUMBE, C. Formal and Informal Toponymic Inscriptions in Maputo: Towards Socio-Linguistics and Anthropology of Street Naming. In: BIGON, L (Eds.). **Place Names in Africa Colonial Urban Legacies, Entangled Histories**. Springer International Publishing Switzerland, 2016 p.200-205.
- DECRETO-LEI 43.893, de 1961, de 6 de setembro, revoga o Estatuto do Indigenato.
- DIAS, S. **Glossário toponímico, histórico-administrativo e etnográfico (Moçambique)**. Lisboa: [s.n.], 1981.
- ISAACMAN, A. **Cotton is the mother of poverty**: peasants, work and rural struggle in colonial Mozambique, 1938-1961. Portsmouth, NH: Heinemann: 1996
- EKPATT, AniediAbasi Okon. Concepts of God, Divinities, Ancestors, and Spirits in African Traditional Religious Thought: Conceptual Analysis. In: ESSIEN, D. E. (ed.), **Phenomenological Approaches to Religion and Spirituality**, IG Global, 2021, pp.18-43, <https://10.4018/978-1-7998-4595-9.ch002>
- FERNANDES, J.L.P. **República [Popular] de Moçambique. As Alterações Toponímicas e os Carimbos do Correio**. Edições Húmus Limitada, Biblioteca Electrónica de Filatelia (e-B), Set. 2006, https://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/lazer/html/ebook/bfd013_p.pdf

- FITZPATRIC, L. A. *African Names and Naming Practices: The Impact Slavery and European Domination Had on the African Psyche, Identity and Protest*. MA, Ohio: The Ohio State University, 2012,
http://rave.ohiolink.edu/etdc/view?acc_num=osu1338404929.
- GUEBUZA, A. “[A Toponímia: uma questão de auto-estima, identidade cultural e historia](http://armandoguebuza.blogspot.com/2009/11/toponimia-uma-questao-de-auto-estima.html)”, 24/11/2009 (Disponível em:
<http://armandoguebuza.blogspot.com/2009/11/toponimia-uma-questao-de-auto-estima.html>, acesso em: 04 março 2024).
- HENRIKSEN, S. M. Da tradição a Modernidade e de volta Novamente – O Caso da Toponímia da Cidade de Maputo. *Conferência “Alberto Viegas” – Modernizando as Tradições*, Nampula, 27-29 maio 2015.
- JACKSON, A. O. Xolo Mat Associations. *South African Journal of Ethnology*, vol. 9, n.2, 1986, pp.67-74.
- JACQUES, A. A. *Swivongo swa machangana (vatsonga)*. Cleveland & Transvaal: The Central Mission Press, 1971.
- JUNOD, H. *Usos e costumes dos Bantu*. Vol. II. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.
- KISEL, O.; ZERKINA, N.; SAVINOVA, Y.; ZALAVINA, T.; KOZHUSHKOVA, N.; AKHMETZYANOVA, T. & MIKHAYLOV, V. V. Linguistic nad Social Aspects of Name Giving Motivation. *Espaço Plural*, v. 18, n. 36, 1º semestre 2017, pp.297-316.
- KISEL, O. V.; ZARUTSKAYA, Zh. N.; MIKHAYLOV, V. V.; ZARUTSKAYA, O. A.; BOSIK, G. A. Are Proper Names Meaningful or Meaningless?. *Russian Linguistic Bullentin*, v. 4, n. 12, 2017, p.54-56.
- LIESEGANG, G. Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da história de Moçambique, II, III - três autores sobre Inhambane: vida e obra de Joaquim de Santa Rita Montanha (1806-1870), Aron S. Mukhombo (ca. 1885-1940) e Elias S. Mucambe (1906-1940). *Arquivo- Revista do Arquivo Histórico de Moçambique*, Maputo (Moçambique), 8, out. 1990
- LIESEGANG, G. “Introdução”, In: Anónimo, *A guerra dos reis Vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da Baía de Lourenço Marques*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1995.
- LIESEGANG, G. Lourenço Marques antes de 1895: aspectos da história dos Estados vizinhos, da interação entre a povoação e aqueles Estados e do comércio da baía e na povoação. *Arquivo - Revista do Arquivo Histórico de Moçambique - Centenário da cidade de Maputo*, 2, out 1987,
- LIESEGANG, G. Nguni migrations between Delagoa Bay and the Zambezi 1821-1839. *African Historical Studies*, v. 3, n. 2, 1970, pp.317-337.
- LIESEGANG, G. Notes on the internal structure of the Gaza kingdom of Southern Mozambique, 1840-1895. In: PEIRES, J.B. (ed.) *Before and after Shaka: Papers on Nguni History*. Grahamstown, South Africa: Institute of Social and Economics Research, 1981, pp.178-209
- LOBATO, A. Sobre as causas da ocupação tardia do norte, num relance para a história de Moçambique. *Monumenta*, v. 7, n. 7, 1971, pp.7-21.
- MAHUMANE, J. & TEMBE, J. das N. A persistência ou o uso não oficial de topónimos coloniais na cidade de Maputo, Moçambique. *Linha d'Água*, v. 36, n. 1, 2023, pp.183-202.

- MAPARA, J. Thrashing Negative Behaviour through Naming: A Case of Some Manyika Surnames. **DANDE – Journal of Social Sciences and Communication**, v. 4, n. 1, 2022.
- MENESES, M. P. As estátuas também se abatem: momentos da descolonização em Moçambique. **Cadernos NAUI: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural**, Florianópolis, v. 10, n. 18, jan-jun 2021, p. 108-128.
- MOÇAMBIQUE. **Código do Registo Civil** – Decreto-Lei 21/79, de 22 de maio. Maputo: Departamento de Investigação e Legislação, 1979.
- MUDENGE, S. **A Political History of Munhumutapa c. 1400-1902**. Harare: Zimbabwe Publishin House, 1988.
- MUTUNDA, S. Personal Names in Lunda Cultural Milieu. **International Journal of Innovative Interdisciplinary Research**, v. 1. Dec 2011.
- NEVES, J.-M. Memória africana e a falsificação do passado na literatura sobre o genocídio de Báruè. In: MATA, I. (Coord.). **Discursos memorialistas africanos e a construção da história**. Macau, Edições Colibri, 2018.
- NEWELL, S. **The Power to Name: A History of Anonymity in Colonial West Africa**. Ohio: Ohio University Press, 2013.
- NEWITT, M. **História de Moçambique**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2012.
- NGUNGA, A. Os nomes geográficos e a história da escrita de língua moçambicana. **Comunicação apresentada no Conselho Coordenador do Ministério da Administração Estatal**, Caia, Sofala, 15 jul.2009.
- NGUNGA, A. A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), v. 1, n. 2, jan./jun. 2021, pp.38-62.
- NHANGUMBE, E. **Evolução do Registo Civil em Moçambique, 1869-1992**. Dissertação (Mestrado em Cooperação para Desenvolvimento, Faculdade de Direito, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2018.
- PÉLISSIER, R. **História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918**, Vol. II. Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- PEREIRA, Z. Os jesuítas em Moçambique: aspectos da acção missionária portuguesa em contexto colonial (1941-1974). **Lusotopie**, n. 7, 2000, pp.81-105,
- PINA-CABRAL, J. A catedral das palhotas: religião e política no Moçambique tardo-colonial. In: CASTELO, C.; THOMAZ, O. R.; NASCIMENTO, S. & CRUZ E SILVA, T. (orgs.). **Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp.251-281.
- RAFAEL, S. **Diccionario Toponímico, Histórico, Geográfico e Etnográfico de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2001.
- ROQUE, A. C. **Rethinking Borders in Southern Mozambique**. ABORNE conference on How is Africa Transforming Border Studies? Johannesburg, 10-14th Sept.2009.
- RTP. "Nyimpini Chissano, filho mais velho do ex-presidente Joaquim Chissano, morreu", RTP, 19 nov. 2007 (disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/nyimpine-chissano-filho-mais-velho-do-ex-presidente-joaquim-chissano-morreu_n142432, acesso 16 jan. 2025).
- SANTOS, J. dos. **Etiópia oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente**, Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SAMUELS, M. A. The FRELIMO School System. **Africa Today**, v. 18, n 3 Jul., 1971, China and Africa, pp.69-73.

USHE, M. God, Divinities and Ancestors in African Traditional Religious Thought. **IGWEBUIKE - An African Journal of Arts and Humanities**, v. 3, n. 4, 2017.

THIONG'O, Ngugi wa. **Decolonising the mind: The Politics of Language in African Literature**. London & Portsmouth: James Currey & Heinemann, 1987.

TONKIN, E. Jealously Names, Civilized Names: Anthroponomy of the Jlaio Kru of Liberia. **Man, New Series**, v. 15, n. 4, Dec 1890, pp.653-664.

ZERKINA, N.; KISEL, O.; SAVINOVA, Y; ZALAVINA, T.; KOZHUSHKOVA, N. & AKHMETZYANOVA, T. Name Giving Process: Linguistic and Extralinguistic Challenges. **Glottology**, v. 2, n. 2, 2019, pp.131-146.

Entrevistas

Entrevista concedida por Fred e Obete, cidade de Maputo, 02 jan. 2025

Entrevista concedida por Nelson, Guava, Marracuene, província de Maputo, 21 out. 2023.

Entrevista concedida por Neneto, Khongoloti, cidade da Matola, província de Maputo, 21 out. 2023.

Entrevista concedido por Nhaule, cidade de Maputo, 11 set. 2024.

Entrevista a telefone concedida por Sérgio Machele, 12 jan. 2025.

Para citar este artigo: MACHELE, Júlio. Nomeando e registrando nomes dos changana e ronga no sul de Moçambique colonial. **AXÉUNILAB: Revista Internacional de Estudos de Linguagens na Lusofonia**. São Francisco do Conde (BA), vol.01, nº02, P.199-212, jul./dez. 2025. (Editores: Eduardo David Ndombele & Alexandre António Timbane)

Júlio Machele, Mestrando em História do Atlântico e Diáspora Africana, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Bahia, Brasil; Pesquisador e Docente no Departamento de História, Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo, Moçambique; julio.machele@gmail.com